



Brasília, 22 de setembro de 2023.

## **INFORME SOBRE A REUNIÃO VIRTUAL ENTRE A FASUBRA E A PRESIDÊNCIA DA EBSEERH**

A reunião virtual entre a FASUBRA e a EBSEERH, ocorreu no dia 18 de setembro às 17h. A Federação foi representada por Cristina Del Papa, Ivanilda Reis, José Almiram e Mário Júnior. A EBSEERH foi representada pelo presidente Arthur Chioro e pela equipe gestora da empresa composta por Fausto, Eloá, Marina, Enídia, Silvana (chefe de gabinete da presidência).

A reunião se iniciou com a FASUBRA se posicionando sobre a necessidade de estabelecer um canal de negociação com a empresa para tratar das demandas das trabalhadoras/es RJUs, conforme deliberação do XXIV Congresso Nacional da FASUBRA, registrado no Informe de Direção 2 de 7 de julho de 2023. A DN apresentou os problemas relacionados à gestão das escalas no HC-UFGM inviabilizada a partir da publicação da IN 02/2018; o problema relacionado à tentativa constante de cessão compulsória das trabalhadoras/es RJUs para a EBSEERH, bem como a inclusão dessas/es trabalhadoras/es realizada de forma inadequada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde (CNES). Para além disso, a DN pontuou a necessidade de se construir conselhos colegiados nos Hospitais Universitários, como alternativa para democratizar a gestão e enfrentar os diversos problemas específicos em cada localidade; pontuou a necessidade de se construir uma política institucional de combate ao assédio moral e sexual nos HU; debateu o problema da instituição de um único organograma padrão para todos os HUs, provoca frente as especificidades de cada hospital universitário. Outros aspectos pontuados pela DN, foi a necessidade de ampliar a integração entre a Universidade e o Hospital, fortalecendo a perspectiva de Hospital Escola, que tem perdido essa característica; e a falta de trabalhadoras/es nos HUs submetidas/os as escalas estranguladas que provocam um alto absenteísmo entre as trabalhadoras/es. Por fim, consultamos sobre o que pensa a EBSEERH em relação ao acórdão do TCU que achou um rombo de quase 1 bilhão de reais.

Após essa intervenção inicial, o Arthur Chioro, presidente da EBSEERH, afirmou que a empresa se dispõe a estabelecer um canal de negociação permanente com a FASUBRA. E sobre a questão da cessão compulsória de trabalhadoras/es, se manifestou contrário e disse que na atual gestão, a EBSEERH não incentivará a cessão compulsória. Nesse sentido, propõe no CNES incluir o termo “disponibilização” ao invés de “cessão”. Sobre os demais itens pontuados pela Federação, o presidente da EBSEERH se colocou à disposição para criação de grupos de trabalhos para discussão dos temas.

O presidente Arthur Chioro perguntou sobre a greve no HU-UFGM e colocou que se a FASUBRA tivesse procurado a EBSEERH, eles poderiam ter auxiliado na resolução do problema para que a greve não tivesse se instalado. A DN informou que esse problema na UFGM em relação a gestão dos plantões, principalmente do plantão de 12hx60h e a normatização da hora ficta através do artigo 75 da Lei nº 8.112/95 (RJU), está acontecendo desde 2020 e que o SINDIFES, Sindicato de sua base, enviou documento para o Ministério da Economia explicando o problema e o mesmo não foi resolvido. Informou também que em março o SINDIFES solicitou reunião com o Ministério da Gestão e Inovação que disse que iria discutir o assunto. Informou ainda que a FASUBRA levou para discussão no FONASEFE e essa pauta foi assimilada, assim como pelo FONACATE e as Centrais. Esse tema foi para a mesa nacional de negociação permanente – MNNP em julho e até o presente momento não foi solucionado, já que o MGI colocou que a mudança da IN 02/2018 afetaria todos os servidores públicos federais. A FASUBRA então solicitou ao Secretário Feijó que fosse discutido uma normatização específica para os hospitais federais em forma de IN e solicitou a presença de representação da gestão da UFGM. A FASUBRA informou também que a reunião aconteceu somente com a representação da EBSEERH e dos hospitais federais do Rio de Janeiro e, por problema de comunicação interno no MGI, a gestão da UFGM não participou da reunião. Nesta reunião com o MGI foi encaminhado um grupo de trabalho, tendo a EBSEERH como responsável, para apresentar



uma proposta de texto para uma IN específica para os hospitais universitários. Foi informado ainda que a EBSEERH apresentou a proposta de texto que foi entregue no MGI e a gestão da UFMG não teve acesso a proposta de texto. A UFMG, então, enviou a sua proposta diretamente para o MGI. A DN disse que a falta de notícias sobre a proposta de texto que foi entregue no MGI dificultou e não criou as condições para uma saída da greve.

O presidente colocou que gostaria greve no HC-UFMG não continuasse, pois estava afetando o atendimento à população e pediu um voto de confiança, como parceiro da FASUBRA, para negociar com o MGI a publicação da IN para os hospitais. Colocou ainda à disposição para apresentar o texto em reunião com a FASUBRA e a discussão conjunta para fechamento do texto em consenso e posterior apresentação ao MGI.

A DN colocou a importância de a FASUBRA ter conhecimento da proposta e a possibilidade de discussão conjunta com a EBSEERH do texto e sua aprovação por consenso, antes do envio para o MGI. Colocou também que fica difícil para as trabalhadoras/es do HC-UFMG sair da greve sem ter acesso a proposta de texto e se suas demandas serão atendidas ou não. Mas que a base do SINDIFES está disposta a analisar a saída da greve se tiver a indicação da EBSEERH e do MGI de acolhimento dos itens da pauta do HC-UFMG.

O encaminhamento aprovado na reunião foi a instalação de uma mesa permanente de diálogo para debater a pauta de reivindicações da FASUBRA referente aos impactos que a gestão da EBSEERH provoca no cotidiano do trabalho das/os trabalhadoras/es vinculadas/os ao Regime Jurídico Único (RJU), de modo que todos os pontos apresentados nessa reunião constarão na pauta das reuniões. O presidente se colocou como parceiro na discussão com o Secretário Feijóo do MGI, para a resolução, principalmente da greve no HC-UFMG.

A primeira reunião dessa mesa de negociação permanente, ocorrerá ainda na semana de 19 a 22.09, com data e horário a ser definida para debater os seguintes temas: 1) proposta de normatização específica (IN) para os hospitais federais, a partir das demandas da greve do HC-UFMG; 2) discussão da melhor maneira de colocação dos trabalhadores dos HUs no Sistema do CNES que não seja cedidos.

A FASUBRA reitera o posicionamento contrário ao modelo gestão da EBSEERH nos hospitais universitários e expressa que a Federação pautará junto à empresa nas reuniões da mesa de negociação permanente, os impactos da gestão da empresa que afetam diretamente as/os trabalhadoras/es vinculadas/os ao RJU nas/os quais a FASUBRA representa.

## UMA PEQUENA VITÓRIA FRENTE AO RETROCESSO

Após 12 anos de uma grande vitória da população LGBTQIA+, a Comissão de Previdência e Família da Câmara dos Deputados retomou, no último dia 19 de setembro, a análise do projeto que proíbe o reconhecimento de casamentos homoafetivos.

Mais uma vez a ala fundamentalista e conservadora do Congresso ataca essa população tentando retirar um direito já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Foram mais de 6 horas de discussões acaloradas, tumultos, provocações que atacam a dignidade e a cidadania da população LGBTQIA+, além de palavras de manifestantes em defesa a esse direito. Vale ressaltar que durante as palavras de ordem dos manifestantes da sociedade civil, o presidente da comissão, deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), disse que chamaria a Polícia Legislativa para retirar membros da comunidade LGBTQIA+.



Após tantos momentos de conflito, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara chegou a um acordo sobre o futuro do Projeto de Lei 580/2007, decidiram que na próxima terça-feira, 26 de setembro, será realizada uma audiência pública com dez convidados favoráveis e dez contrários ao Projeto de Lei que pede o fim do reconhecimento do casamento gay.

O projeto de lei 580/2007, originalmente apresentado pelo ex-deputado Clodovil Hernandes, alterava o Código Civil para que duas pessoas do mesmo sexo pudessem constituir união homoafetiva por meio de um contrato patrimonial – à época, não existiam aparatos legais para qualquer tipo de união entre pessoas LGBT.

No entanto, com a atuação do novo relator, o deputado Pastor Eurico (PL-PE), e dos ex-deputados Capitão Assunção (PSB-ES) e Paes de Lira (PTC-SP), tornou-se um projeto que tenta inviabilizar a união estável homoafetiva. A votação do PL 580 estava prevista para o dia 05/09, mas foi adiada após pedido conjunto de vistas realizado pelos deputados Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), Erika Kokay (PT-DF), Laura Carneiro (PSD-RJ), Daiana Santos (PCdoB-RS).

Infelizmente, durante a sessão, a Deputada Erika Hilton (Psol-SP) foi vítima de transfobia pelo deputado Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) que, em diversos momentos, dirigiu-se à deputada de forma ofensiva dizendo de forma repetida, que a orientação sexual transexual é uma "fantasia" e finalizou sua fala chamando-a de "amigo".

A FASUBRA Sindical repudia veementemente qualquer atitude homofóbica, transfóbica e qualquer ação que gere preconceito, solidarizando-se com a Deputada Erika Hilton. Nós da FASUBRA estaremos acompanhando a audiência pública da próxima semana, pois, não podemos aceitar um retrocesso absurdo como este que é uma tentativa de aniquilar, anular e negar o direito ao casamento às pessoas homoafetivas, representando uma ação extremamente inconstitucional. Vale ressaltar que o STF já reconheceu o casamento homoafetivo, à luz da Constituição, dada a necessidade da comunidade LGBTQIA+ constituir família e ter direito à união civil.

## UM AVANÇO NA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFE)

Nessa terça-feira, 20 de setembro, concluiu-se no Congresso Nacional a tramitação do Projeto de Lei nº 5.649/2019, de iniciativa da Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO), que propõe a alteração da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes, ocupantes de cargo público efetivo, detentores de função ou emprego público e pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades; e altera o artigo 8º da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, de modo que o referido artigo da Lei que institui o PCCTAE passe a vigorar com o acréscimo de um parágrafo único em seu inciso II, com a seguinte redação:

*“Art 8º..... § Insere-se nas atribuições previstas no inciso II do caput a coordenação de projetos de pesquisa e extensão, cabendo a percepção de bolsas de pesquisa e extensão, pagas diretamente pelas IFE, por agência oficial de fomento, por fundação de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismo internacional amparado por ato, tratado ou convenção internacional.”*

Após a conclusão da tramitação desse Projeto no Congresso Nacional, o mesmo será sancionado pelo presidente da República. A conclusão da tramitação se configura como uma vitória no sentido de



avancarmos no fortalecimento da identidade da categoria Técnico-administrativos em Educação, no qual parte das trabalhadoras e trabalhadores do PCCTAE estão envolvidas e envolvidos diretamente na produção do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo assim para a necessária superação da perversa divisão do trabalho que ainda é reproduzida em algumas IFE, em que consideram que apenas a categoria docente possui capacidade de refletir e produzir conhecimento, frente as Técnicas e Técnicos Administrativos em Educação que supostamente devem atuar apenas na execução de ações administrativas e educativas com a ausência de reflexões e produções de conhecimento. Portanto, a alteração desse Artigo 8º da Lei 11091/2005, se configura como mais um passo no necessário processo de democratização das Instituições Federais de Ensino Superior do país, que será traduzida por entre diversos fatores, no fortalecimento da identidade e da carreira das trabalhadoras e trabalhadores técnicos administrativos em educação.

### **A luta pela democratização das IFE continua!**

O próximo passo agora é o avançarmos coletivamente em cada Instituição de Ensino Superior na disputa pela alteração de qualquer normativa administrativa interna que impeça a participação de nossa categoria nas atividades de gestão, pesquisa e extensão, ou mesmo na disputa dos editais de fomentos que financiam ações de pesquisa, ensino e extensão. E combinado com essa ação, caberá a FASUBRA e as entidades de base avançarem na luta pela construção da paridade nos conselhos superiores, na escolha de reitores e reitoras, e na possibilidade de Técnicas e Técnicos Administrativos em Educação a se candidatarem ao cargo de reitor e reitora.

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CCJ AVALIA LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS**

É só falar em cotas que o preconceito se instaura antes mesmo do início da discussão. A polícia do senado estava barrando a entrada da população na audiência pública antes mesmo dela se iniciar, dificultando a entrada de pessoas importantes como o fundador da Fundação Palmares senhor Carlos Alves Moura, após apelo do Senador Paulo Paim o acesso foi liberado, mas ainda com muita resistência.

Nesta audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que ocorreu no dia 19 de setembro, o plantão da FASUBRA também marcou presença através de seus coordenadores Francisco de Assis dos Santos (Coordenação de Comunicação Sindical), Maria Lucineide Paiva dos Santos (Direção Nacional da FASUBRA), Bianca Cristina Zupirolli (Coordenação da Mulher Trabalhadora) e Wagner Vieira Araújo (Direção Nacional da FASUBRA).

A audiência teve apoios e críticas às cotas raciais no ensino superior, a [Lei 12.711, de 2012](#) completou dez anos em 2022, e como mencionado pelo senador Paulo Paim: “A legislação é um sucesso e muda a vida das pessoas.”

O debate permeou o [PL 5.384/2020](#), que amplia ações afirmativas para pós-graduação (mestrado e doutorado), inclui na divisão de vagas os quilombolas e reduz para um salário mínimo o valor de rendimento máximo de cada família de vagas reservadas aos estudantes de baixa renda que atualmente é de 1,5 salário mínimo. Além disso, o projeto busca priorizar os alunos optantes pela reserva de vagas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social no recebimento de auxílio estudantil e prevê atualização anual dos percentuais de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em relação à população de cada estado.

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), autora do projeto, disse que o sistema brasileiro de cotas sociais e raciais tem respaldo constitucional pois é um instrumento que ajuda na superação de todas.



as desigualdades. Segundo ela, pesquisas já mostraram que a maioria da sociedade brasileira é favorável às cotas.

A FASUBRA Sindical foi precursora no debate de cotas desde a década de 90, quando lançou o Projeto um Olhar Negro sobre a Educação e orienta o debate em suas bases para que possamos cada vez mais avançar no processo de inclusão social e permanência estudantil nas Universidades e Instituições de Ensino Superior.

### **LANÇAMENTO CONJUNTO: FRENTES PARLAMENTARES “SOBRE O LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR” E “CONTRA OS JUROS ABUSIVOS”**

Aconteceu ontem, dia 19 de setembro, o lançamento conjunto das Frentes Parlamentares “sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular” e “Contra os Juros Abusivos”. O evento teve início às 17h no Anexo II, Corredor das Comissões da Câmara Federal, Plenário 4.

O plantão da FASUBRA esteve presente representado pelos coordenadores Bianca Cristina Zupirolli e Wagner Vieira Araujo.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), que apresentou o requerimento e lutou por assinaturas, será coordenadora da Frente. Já o requerimento para a criação da Frente Parlamentar contra os Juros Abusivos foi de iniciativa do deputado Lindbergh Farias (PT/RJ).

As Frentes foram uma vitória que terá participação popular, esse é apenas o início, ainda temos muitos debates e como dito por todas as entidades presentes que ali estavam em apoio para o fortalecimento do lançamento, não será fácil convencer a população que juros altos não reduzem inflação. Para conter a inflação é necessário o combate ao PPI responsável pelo aumento dos combustíveis, lutar para taxar comodites que não produzem alimentos para a população e apenas enriquecem o agronegócio.

Para Wagner Vieira, representante da FASUBRA, essas frentes são uma grande vitória para os brasileiros, afirma a importância de fazer uma auditoria da dívida pública que hoje o pagamento de juros da dívida equivale a cinco vezes o orçamento de toda a Educação e pensar que hoje 1% dos juros Selic equivale a 38 bilhões e que a promessa do governo para a campanha salarial desse ano foi de 1,5 bilhões, reforça a necessidade da auditoria e da diminuição dos juros para auxiliar a população.

No final do evento a Fernanda Mechiona coloca a necessidade de trabalhar a correlação de forças para que possamos mudar as regras do Banco Central, que em algum momento já tivemos taxas de juros de 2% e os liberais aumentaram e com a implementação do Arcabouço fiscal é a população quem paga essa conta.

O Lindbergh Farias comentou que, na próxima quarta, terá uma audiência com o diretor do Banco Central e espera que ele “não fuja”. Afirma que os juros é um tema que 80% da população entende a necessidade de reduzir, deixando claro que não podemos aceitar que tenhamos uma política de ajuste fiscal, afinal, precisamos investir no Brasil e vamos lutar para alterar o orçamento. Ressalta que a PEC32 nem deveria entrar em discussão e se compromete a ser firme nessa luta contra a Reforma Administrativa.

Maria Lúcia Fattorelli encerra dizendo que colocaram um dispositivo na constituição que não pode tocar nos trilhões da dívida, o mesmo nunca foi votado, e já foi denunciado e reconhecido e mesmo assim, não houve alteração, o que demonstra que a fraude foi comprovada. Precisamos ficar de olho no mecanismo do sistema financeiro, as PPPs são uma forma disfarçada de gerar dívidas, desviar dinheiro público fora do orçamento é fraude e vem acontecendo com frequência.

**ORIENTAÇÕES PARA O DIA NACIONAL DE LUTAS COM PARALISAÇÃO**

Tendo em vista as deliberações aprovadas na Plenária Nacional do Fórum dos Federais, que ocorreu na data de 16 de setembro de 2023, a Direção Nacional da Fasubra orienta seus sindicatos de bases a realizar rodada de assembleias gerais no período de 25 a 27 de setembro para discutir e deliberar a adesão ao Calendário Nacional de Luta dos Servidores Federais, em especial a Paralisação Nacional do Dia 3 de outubro.

A DN Fasubra sugere também que ao definir as agendas de mobilização local seja consideradas as orientações emanadas do Fonasefe, a exemplo de construir Outdoors para dar visibilidade ao dia 3 como Dia Nacional de luta. Além disso, precisamos fortalecer os FÓRUNS EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO nos estados, unificando a luta em torno da centralidade da campanha salarial junto contra a PEC 32 e qualquer outra proposta de Reforma Administrativa; e fortalecimento da luta pelo REVOGAÇÃO.

Por último, solicitamos que seja informado por nossos sindicatos filiados o posicionamento de suas bases quanto à paralisação nacional, para que o plantão da FASUBRA possa sistematizar o quadro de mobilização de nossa categoria.

<b>CALENDÁRIO</b>	
<b>SETEMBRO</b>	
25 a 29	XXIX Seminário Nacional da Segurança Universitária das Universidades Públicas e Institutos Federais;
28 e 29	Reunião da Direção Nacional da FASUBRA;
30	Plenária Nacional da FASUBRA;
<b>OUTUBRO</b>	
1	Plenária Nacional da FASUBRA;
2 a 7	Mobilização nas bases;
3	Dia nacional de luta dos SPF com paralisação;
9 a 11	X Fórum Nacional de CIS – X FNCIS.